

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

CONTEÚDO

Relatório da Administração

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração do resultado abrangente

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Diretores, especialista técnico e contadora

Parecer do conselho de administração

Parecer do conselho fiscal

Relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas.

A gestão da CEAGESP possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.

A Presidência, Diretorias Operacional e Administrativa deram prosseguimento em 2017, aos trabalhos iniciados em anos anteriores, cujo foco principal foi adequar e modernizar a infraestrutura tecnológica e operacional da Companhia.

Para o período de 2018 a 2022 a gestão da CEAGESP desenvolverá, em parceria com uma empresa especializada em consultoria, um Planejamento Estratégico cujos principais objetivos serão otimizar os processos, elevando a eficiência e garantindo o equilíbrio financeiro e econômico.

O foco será desenvolver novas estratégias de negócios, alavancar atividades de armazenagem e entrepostagem, buscar melhorias quanto ao desenvolvimento e estrutura da Companhia, reduzir custos e elevar o grau de sustentabilidade.

A Governança Corporativa, em suas atividades, assessorá e propôe políticas de procedimento aos diversos Conselhos, agentes fiscalizadores e instituições externas que interferem direta ou indiretamente nas políticas públicas de abastecimento, contribuindo para a transparência dos procedimentos e alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da Companhia.

Receitas Operacionais

Atuando nas atividades de entrepostagem e armazenagem, as receitas operacionais brutas atingiram a importância de R\$ 110,298 milhões em 2017, representando um aumento de 5,49% em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 104,557 milhões. Na atividade específica de armazenagem a receita operacional bruta em 2017 atingiu o valor de R\$ 34,352 milhões, contra R\$ 29,329 milhões em 2016, representando aumento de 17,12%. No que se refere à atividade exclusiva de entrepostagem, a receita operacional bruta atingiu o valor de R\$ 75,946 milhões, registrando elevação de 0,96%, em relação aos R\$ 75,224 milhões em 2016.

Armazenagem

A Companhia possui a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos, em forma de cilindro, para armazenar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) do Estado de São Paulo e uma das maiores do Brasil.

São 18 unidades próprias interligadas à malha ferroviária, todas de fácil acesso e instaladas próximas das áreas de produção e escoamento. Essa estrutura pode estocar, simultaneamente, mais de um milhão de toneladas de produtos agrícolas. É possível também armazenar açúcar a granel e produtos embalados ou industrializados.

A Companhia conta ainda com o Serviço de Classificação Vegetal - SECLAC que tem por objetivo o controle de qualidade de produtos de origem vegetal que colabora com a oferta de alimentos saudáveis ao consumidor.

As Unidades de armazenagem prestam serviços como expurgo, secagem, limpeza e outros, para seus clientes, contribuindo assim para reduzir perdas e elevar as condições de comercialização dos produtos.

Produtores rurais, órgãos do governo, exportadores e importadores, cooperativas e usinas estão entre os clientes da CEAGESP.

No transcorrer do ano de 2017, a rede armazenadora da CEAGESP continuou empreendendo esforços na busca de alternativas para garantir a eficiência financeira e o padrão de qualidade na prestação dos serviços para armazenamento de produtos agrícolas e industriais, pautada no planejamento e metas de curto e médio prazos.

O Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, criado pela Lei Federal nº 9.973/2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.855/2001, normatizado pela Instrução Normativa nº 029/2011, estabeleceu os requisitos técnicos obrigatórios definidos pelo MAPA, com a finalidade de melhorar a qualidade da prestação de serviço de armazenagem no Brasil.

Em virtude da relevância da CEAGESP no segmento de armazenagem no Estado de São Paulo e em atendimento à Instrução Normativa nº 022/2017 que estabeleceu escalonamento para certificação obrigatória das Unidades armazenadoras, a Companhia tem realizado a certificação dentro de um cronograma estabelecido pela Administração. Até o ano de 2015, 11 Unidades foram certificadas, representando 61,11% do total de Unidades de negócio da Companhia (considerando o percentual baseado na quantidade de CNPJs auditados, certificados ou recertificados), atendendo ao dispositivo legal.

Considerando os percentuais baseados no total da capacidade estática ativa da rede armazenadora da CEAGESP, até dezembro de 2017 a certificação abrangeu 8 Unidades, representando 47,06%, uma Unidade auditada e em processo de correção de não conformidade para recertificação que representa 11,55% e outras duas Unidades em processo de recertificação representando 18,48%.

A rede armazenadora encerrou o ano de 2017 com movimentação de 598,9 mil toneladas, acréscimo de 11,78% na entrada de produtos agrícolas e industriais, em relação ao mesmo período de 2016.

O estoque médio mensal no ano foi de 220,8 mil toneladas, aumento de 7,31% em relação a 2016, correspondendo ao aumento na capacidade estática de estocagem de 23,2% para 25,45%.

O faturamento global aumentou por influência de fatores mercadológicos, como elevação no recebimento e ampliação do período de estocagem de soja a granel.

Entreposagem

O Entreposto Terminal São Paulo - ETSP é a maior central de abastecimento da América Latina de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos: alho, batata, cebola, coco seco e ovos.

No interior paulista, conta com 12 entrepostos comerciais que são polos de distribuição de alimentos criados para estimular a produção e atender a demanda de consumo das regiões produtoras do Estado.

Após três anos de retração econômica, o ano de 2017 representou a retomada, ainda que incipiente, do crescimento econômico. No início do ano houve ainda problemas climáticos no Sul e Sudeste, resultando em altos preços no setor de verduras que foram amenizados ao longo do ano, mas finalizando o ano com alta expressiva de 11,7%. Quanto ao Índice CEAGESP fechou 2017 em baixa de 4,32%.

Com inflação e juros em queda, os insumos agrícolas, de uma maneira geral, se mantiveram com preços comportados, ajudados pela estabilidade do dólar, que fechou o ano com alta de apenas 1,99%. Não fossem as constantes altas no preço do diesel a partir de junho, os produtores não teriam do que reclamar.

Com quase todos os itens de custos de produção contidos, os agricultores puderam oferecer produtos de qualidade sem aumento de preços que resultou num aumento na produção de alimentos in natura. Aumento na oferta e procura, sem elevação de preços, beneficiou produtores e compradores.

Todo esse movimento culminou num aumento do volume comercializado em 4,2% na rede de entrepostos da CEAGESP, em relação ao ano de 2016, chegando próximo do volume apurado em 2015. Com a expansão da demanda, os preços em baixa favoreceram os indicadores inflacionários.

Em 2017, os clientes da rede de entrepostos da CEAGESP comercializaram 4,18 milhões de toneladas de hortifrúticos, flores e pescados ante 4,01 milhões de toneladas negociadas em 2016, ou seja, crescimento de 4,2% no volume ofertado. O resultado ficou pouco acima da média dos últimos 5 anos (4,16 milhões de toneladas).

O fluxo financeiro dos clientes da rede de entrepostos registrou retração de 8,5% em 2017. O montante negociado ao longo do ano foi de aproximadamente 9,6 bilhões ante R\$ 10,5 bilhões registrados em 2016.

Durante o ano de 2017, o ETSP recebeu produtos procedentes de 20 países, 24 estados e 1.510 municípios.

Ao longo do ano, mais de 30 mil produtores rurais e fornecedores destinaram suas mercadorias ao ETSP.

Somente no ETSP, a média diária de comercialização foi de 11 mil toneladas, gerando um fluxo financeiro médio diário dos clientes de aproximadamente R\$ 26,2 milhões.

Cerca de 90,5% das procedências do ETSP em 2017 foram nacionais. Entre os importados, 19 países participaram como fornecedores, além do Brasil. Argentina, Espanha, Chile e Portugal lideraram o fornecimento de produtos ao ETSP.

TENDÊNCIA: 2018 iniciou em condições melhores do que o início de 2017: inflação controlada, juros bem mais baixos, taxa de desemprego estável, maior confiança dos agentes econômicos. No clima não há previsão de grandes alterações que possam comprometer a agricultura. Existe, para este ano, os efeitos da reforma trabalhista, maior controle dos gastos públicos, uma consolidação do controle inflacionário, previsão de juros ainda mais baixos e maior crescimento econômico. Com reservatórios de água com bons níveis, poderá haver energia elétrica sem bandeira vermelha, com preços mais comportados, o que favorece o controle de custos de todos os setores e também do consumidor doméstico.

Com esse panorama, os investimentos na produção devem aumentar, incentivados por maior demanda e por juros menores. No setor de hortifrútis há, como todo início de ano, a condição climática no Sudeste que afeta fortemente verduras e legumes, com alteração na qualidade e alta nos preços. Ao longo do ano não há previsão para escassez de água e, consequentemente a irrigação estará preservada.

O setor de frutas vem se destacando nos últimos anos e aumentou sua participação em volume de comercialização no ETSP de 50,95% para 52,3%. Neste ano não será diferente e espera-se uma grande performance no período com produtos de qualidade e bons preços, que remunere bem o produtor e não pese no bolso do consumidor.

Com melhores condições de partida, 2018 é visto com muita esperança de ser um ano mais produtivo, com melhores resultados para o setor e com muita qualidade e diversidade de produtos na mesa do consumidor.

Investimentos realizados

Os investimentos realizados na CEAGESP foram no valor de R\$ 1,703 milhão. Foram voltados à finalização do processo de iluminação pública das vias do ETSP, reforma e adequação das instalações elétricas de Unidades armazenadoras e aquisição de móveis, veículos e equipamentos e instalações.

As obras e serviços de engenharia foram impactados pela crise econômica, assim como nos últimos anos.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, as ações no período estiveram voltadas em obras de recuperação das estruturas físicas da Companhia, beneficiando as atividades de comercialização e estocagem de produtos agrícolas, proporcionando um ambiente com maior segurança e conforto para os comerciantes/usuários, e sobretudo, apresentaram redução dos custos operacionais nas atividades da Companhia.

Destaca-se a modernização dos painéis elétricos dos Centros de Controle de Motores - CCM e manutenção das instalações elétricas das Unidades armazenadoras e de Entrepostagem, e principalmente, a instalação de capacitores que reduzem o consumo de energia elétrica. O tempo de retorno sobre o investimento realizado é entre 2 a 3 meses da data da instalação.

No suporte às atividades de comercialização e estocagem, houve manutenção preventiva e corretiva das balanças rodoviárias, ferroviárias e rodoviárias, nas operações de recepção e expedição dos produtos armazenados, proporcionando agilidade/confiabilidade e consequentemente diminuição nos custos, possibilitando melhores resultados.

Foram realizados serviços de pesquisa de vazamento e mapeamento da rede de abastecimento de água no ETSP que tem proporcionado redução no consumo.

Outro investimento de grande importância para a movimentação de mercadorias, por meio de caminhões e utilitários na carga e descarga foram os serviços de “tapa-buraco” das vias internas do ETSP.

A conclusão das obras de implantação do novo sistema de iluminação para as vias públicas do ETSP, com a instalação de postes e luminárias com tecnologia Light Emitter Diode - LED, além de proporcionar iluminação superior, obtendo-se economia de energia elétrica de aproximadamente 30% em relação ao sistema convencional existente até então o projeto foi entregue com redução de R\$ 1,1 milhão em relação aos valores contratados.

Sustentabilidade

Dentro das novas diretrizes adotadas pela atual direção da CEAGESP, a Sustentabilidade passou por um processo de reorientação das ações e dos programas desenvolvidos no ETSP.

Continua a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável visando alinhamento da estratégia da organização com um modelo sustentável.

Estrategicamente, o foco de sustentabilidade foi direcionado em três frentes de trabalho: Responsabilidade Social, Meio Ambiente e Institucional.

Responsabilidade Social

A CEAGESP mantém parcerias através de convênios com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

Os principais projetos desenvolvidos foram a Nossa Turma, o Banco CEAGESP de Alimentos e o Projeto Eco Giramundo.

Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma

A Nossa Turma oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva. O espaço ocupado é cedido através de convênio firmado entre a CEAGESP e a Associação.

Em 2017 foram atendidas 108 crianças com faixa etária de 1 a 4 anos, formando 36 crianças que foram encaminhadas para as Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI.

Na ampliada que atende adolescentes de 8 a 15 anos, 24 alunos foram atendidos, na maioria moradores de comunidades da região próxima ao ETSP, com ações de reforço escolar, oficina de culinária, oficina de música e dança, cursos de informática, futebol e línguas estrangeiras.

A associação desenvolveu ações que envolveram não só os familiares das crianças como também outros indivíduos da comunidade local, com ações de saúde, oficina de sabor e alimentação saudável, atingindo diretamente em torno de 815 pessoas.

Banco CEAGESP de Alimentos

Criado em 2003, o Banco CEAGESP de Alimentos - BCA tem como principal missão evitar o desperdício dos alimentos excedentes da comercialização atacadista e oferecer alimentos aos beneficiários das entidades públicas/privadas e de associações tais como: creches, casas de recuperação, orfanatos, asilos e entidades assistenciais em geral e outros bancos de alimentos parceiros.

Em 2017 foram atendidas 330 entidades favorecendo 657.329 pessoas, totalizando 1,451 tonelada de doações e 184 permissionários doadores participaram do projeto contra a fome e o desperdício.

Foram atendidas as famílias vítimas de catástrofes naturais como enchentes e incêndios e de programas de redução de desperdício alimentar, bem como ações de ajudas humanitárias, nos casos dos refugiados de guerra.

Houve implementação de soluções de tecnologia alimentar buscando a sua preservação e longevidade, para que os produtos possam ser doados com maturidade estendida e mais segura do que os produtos in natura.

Premiações

Homenagem do Serviço Social do Comércio - SESC em 2017 pela participação no Programa Mesa Brasil no projeto de redução da fome e do desperdício de alimentos no Estado de São Paulo.

Projeto EcoGiramundo

Este projeto tem como principal objetivo promover, entre os jovens, o desenvolvimento comportamental e hábitos de preservação ambiental e despertar habilidades no ofício artesanal, habilidade empreendedora e capacitação profissional.

Realizou cursos profissionalizantes em parceria com o Centro Paula Souza, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Nossa Turma, nas áreas de panificação, auxiliar de cozinha, auxiliar de logística, recepção e atendimento, no qual 86 jovens foram qualificados, propiciando um futuro encaminhamento destes jovens para o mercado de trabalho.

Centro de Qualidade Hortigranjeira

O Centro de Qualidade, Pesquisa e Desenvolvimento da CEAGESP desenvolve ferramentas de modernização e transparência na comercialização de frutas e hortaliças frescas; levanta informações que permitem a caracterização da comercialização dos diferentes produtos e dos seus agentes; tem parcerias com universidades e institutos de pesquisa para a solução dos problemas identificados na comercialização e no treinamento de estudantes; capacita produtores para a maior diferenciação de valor e maior rentabilidade de seu negócio; capacita atacadistas, varejistas e profissionais de alimentação na melhoria da gestão das frutas e hortaliças frescas; tem parceria com as diferentes instituições de governo no desenvolvimento de regulamentos que envolvem qualidade, fitossanidade e segurança alimentar.

Entre as ferramentas de modernização e de transparência na comercialização desenvolvidas estão as normas de classificação dentro do Programa Brasileiro de Modernização da Horticultura, para mais de 95% do volume comercializado de frutas e hortaliças frescas; o Programa HortiEscolha que dispõe de um software de apoio para escolha da fruta e hortaliça de melhor custo-benefício em cada época (variedade, tamanho, qualidade, aproveitamento, valoração) e que garante que seja oferecido o dobro do alimento no prato com o mesmo recurso monetário; o Programa de Apoio ao Produtor na Comercialização que promove a competitividade do produtor, a busca da diferenciação de valor do seu produto e a transparência na comercialização; o Programa de Conformidade Legal, atividade rotineira em parceria com a Seção de Portaria e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA que promove a obediência à legislação vigente, promovendo treinamentos e ações de vistoria com foco em rotulagem, melhoria do preenchimento da nota fiscal do produtor, embalagem, agrotóxico e adequação às exigências sanitárias pelo mercado atacadista; o Programa Escola do Sabor que promove a aproximação das crianças com a agricultura e a introdução de frutas e hortaliças frescas no cardápio com atividades lúdicas; o Programa Manuseio Mínimo que promove a capacitação dos varejistas no manuseio, armazenamento e exposição das frutas e hortaliças; a produção e divulgação de material impresso e digital como Normas de Classificação, Nota Fiscal do Produtor, Rotulagem, Garantia de Sabor, Melões, Pimentas, A Medida das Frutas, A Medida das Hortaliças, Manuseio Mínimo e outras.

Ouvidoria

Instituída há seis anos, tem o objetivo de promover uma maior transparência, acessibilidade e qualidade nos serviços prestados aos cidadãos, atuando como canal interlocutor entre os usuários e a Administração da Companhia.

Os usuários do entreposto da capital e interior, Unidades armazenadoras e também colaboradores de carreira ou terceirizados utilizam a Ouvidoria como espaço mediador para auxiliar no diálogo com os gestores ou na resolução de problemas.

Com Unidade instalada no ETSP, a Ouvidoria presta atendimento de forma presencial, telefônico e por outros meios disponibilizados via internet. Ainda, trata as demandas registradas no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-OUV e é gestora do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC.

Através dos canais citados, a Ouvidoria responde às reclamações, denúncias, elogios e solicitações dos cidadãos.

Em 2018 atenderá às solicitações de simplificação de desburocratização de serviços, o SIMPLIFIQUE, sistema disponibilizado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Gestão de Riscos

A CEAGESP constituiu por meio da Portaria nº 031, em agosto de 2017, o Comitê de Gestão de Riscos. As normas internas NG-007 e AD-035 foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e versam, respectivamente, sobre a Política e o Processo da Gestão de Riscos. Fundamentalmente a Gestão de Riscos na CEAGESP está baseada nos conceitos internacionais ISO 31000 e 31010, COSO I e II, e na Instrução Normativa Conjunta nº 01 CGU/MPG. Resultados concretos sobre a gestão de riscos serão mensurados a partir do exercício de 2018, com o advindo de relatórios técnicos dos controles sobre os riscos.

Agradecimentos

A CEAGESP mantém firme compromisso com a ética, transparência, as boas práticas de governança corporativa e a incessante busca da qualidade de seus serviços e a satisfação de seus clientes.

Ao MAPA, os agradecimentos pelo apoio que proporcionou melhores resultados na competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

A Administração da CEAGESP agradece principalmente aos seus funcionários pelo comprometimento e dedicação que permitem o alcance dos objetivos e dos resultados, obtendo maior eficiência e eficácia dos recursos.

Aos Senhores Conselheiros Administrativos e Fiscais pela atuação na fiscalização e orientação da gestão administrativa.

Os agradecimentos aos clientes, fornecedores e aos diversos usuários que direta ou indiretamente usufruem dos serviços prestados pela Companhia que preza pela qualidade acima de tudo.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
				(Reapres.)			
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.612	10.192		Fornecedores	16	9.848
Clientes	5	22.404	20.541		Férias e encargos a pagar	17	17.133
Impostos a recuperar / compensar	6	-	862		Contribuições sociais a recolher	18	1.414
Estoques	7	860	820		Obrigações fiscais a recolher	19	9.882
Outros valores	8	868	1.074		Encargos a pagar	20	353
Despesas antecipadas	9	1.092	1.351		Contas a pagar	21	11.879
Total do ativo circulante		30.836	34.840		Total do passivo circulante		50.509
Ativo não circulante							
Realizável a longo prazo							
Depósitos judiciais	10	27.815	25.832		Adiantamento p/ futuro aumento de capital		1.286
Causas judiciais trabalhistas	11	11.884	15.222		Obrigações fiscais a recolher	19	18.272
Outros valores	12	2.051	2.051		Provisão para contingências	22	27.296
Total do realizável a longo prazo		41.750	43.105		Total do passivo não circulante		46.854
Investimentos	13	251	251		Patrimônio líquido		
Imobilizado	14	209.992	210.317		Capital social	23	137.041
Intangível	15	801	929		Reserva legal		3.513
Total do ativo não circulante		252.794	254.602		Reserva estatutária		11.312
					Reserva de retenção de lucros	23.2	17.015
					Reserva de reavaliação	23.3	17.384
TOTAL DO ATIVO		283.629	289.442		Total do patrimônio líquido		186.266
					TOTAL DO PASSIVO + PL		199.384
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			(Reapres.)
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	24.1	92.258	94.322
LUCRO BRUTO	24.2	(48.491)	(52.870)
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		43.767	41.452
Com vendas		(15)	(60)
Gerais e administrativas	24.3	(63.208)	(54.553)
Honorários da administração		(1.013)	(1.079)
Outras despesas operacionais		-	(6.762)
Outras receitas operacionais		3.324	1.501
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(17.145)	(19.501)
Despesas financeiras	24.4	(2.912)	(4.291)
Receitas financeiras	24.5	3.328	8.521
RESULTADO FINANCEIRO		416	4.230
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(16.729)	(15.271)
Contribuição social	30	(280)	-
Imposto de renda	30	(471)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(17.480)	(15.271)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,51)	(0,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	(17.480)	(15.271)
(+) Realização da reserva de reavaliação	570	570
(+) Ajustes de exercícios anteriores	1.579	3.881
Resultado líquido abrangente	(15.331)	(10.821)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Antecipação Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Estatutária	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	137.041	1.021	18.523	3.513	40.385	11.312	-	211.796
Reclassificação para passivo circulante		(1.021)						(1.021)
Realização da reserva de reavaliação			(570)				570	-
Ajustes de exercícios anteriores							3.881	3.881
Resultado líquido do exercício					(10.821)		(15.271)	(15.271)
Compensação de prejuízos					(10.821)		10.821	-
Reserva de retenção de lucros					(10.821)		10.821	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapres.)	137.041	-	17.954	3.513	29.564	11.312	-	199.384
Realização da reserva de reavaliação			(570)				570	-
Ajustes de exercícios anteriores							4.362	4.362
Resultado líquido do exercício					(12.549)		(17.480)	(17.480)
Compensação de prejuízos					(12.549)		12.549	-
Reserva de retenção de lucros					(12.549)		12.549	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	137.041	-	17.384	3.513	17.015	11.312	-	186.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Atividades operacionais

Resultado líquido ajustado

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	(17.480)	(15.271)
Depreciação e amortização	6.734	6.085
Resultado líquido de alienação de imobilizado	313	6.207
Provisão para contingências	3.176	(9.639)
Variação monetária líquida	2.668	3.885

(Aumento) Redução dos ativos operacionais

Contas a receber - processos trabalhistas	(1.983)	(8.345)
Contas a receber - alienação de imóveis	-	78
Contas a receber - clientes	(1.863)	(284)
Estoques	(40)	(145)
Impostos a recuperar	862	2.063
Despesas antecipadas	259	80
Outros créditos	3.543	8.942

Aumento (Redução) dos passivos operacionais

Contas correntes credores	1.744	(497)
Fornecedores	2.731	(4.056)
Impostos, encargos e contribuições a recolher	(1.128)	(812)
Obrigações fiscais a recolher	(6.430)	(6.141)
Contas a pagar	351	28
Ajustes de exercícios anteriores	(528)	4.172
Provisões para férias e encargos	4.071	1.879
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.000)	(11.771)

Atividades de investimentos

Imobilizado

Aquisição de imobilizado	(1.703)	(9.086)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.703)	(9.086)

Atividades de financiamentos

Variação monetária s/ reserva para aumento de capital	123	142
Dividendos pagos	-	(7)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	123	135

Diminuição do saldo de disponibilidades	(4.580)	(20.722)
--	----------------	-----------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

10.192 **30.915**

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

5.612 **10.192**

Variação de caixa e equivalentes de caixa

(4.580) **(20.722)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma sociedade de economia mista, com sede localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. É vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu estatuto.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários e pesqueiros atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para outras atividades correlatas ou afins.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 02 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 07 de março de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas contábeis compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. Os dados quantitativos, tais como volumes não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

2.2.1. Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado de 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

2.2.1.1. Reapresentação de contas do Ativo e Patrimônio Líquido

Os lançamentos a crédito realizados nas contas do Ativo e débitos no Patrimônio Líquido foram no montante de R\$ 2,783 milhões.

A reapresentação alterou o resultado publicado do exercício de 2016 de R\$ 12,489 milhões para R\$ 15,271 milhões.

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Clientes (I)	19.748	793	20.541
Impostos a recuperar / compensar (II)	518	344	862
		<u>1.137</u>	
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais (III)	24.862	<u>970</u>	25.832
Imobilizado (IV)			
Intangível (V)	215.058	(4.741)	210.317
	1.078	(149)	929
		<u>(4.890)</u>	

(I) O valor de R\$ 793 mil corresponde a lançamentos a débito na conta de “Contas a Receber – Entrepostagem” realizados em 2017, porém de competência de 2016. A contrapartida é a conta de Receita de Autorização de Uso.

(II) Em “Impostos a recuperar / compensar”, o total de R\$ 344 mil foi lançado a débito na conta de “IRPJ - Estimativa a Compensar” no valor de R\$ 185 mil e em contrapartida na “Despesa com Provisão para Imposto de Renda”. O valor de R\$ 159 mil foi lançado a débito na conta “CSLL – Estimativa a Compensar” e contrapartida na “Despesa com Provisão para Contribuição Social”.

(III) Na rubrica “Depósitos Judiciais” o lançamento foi realizado a débito na conta “Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo” no valor de R\$ 970 mil e a crédito na conta de Receita de “Rendimentos sobre Depósitos Judiciais”. Trata-se de valores de rendimentos da conta do Juízo Auxiliar em Execução – JAE, encerrada no mês de outubro de 2017, conforme nota explicativa nº 10.

No “Imobilizado” e “Intangível” foram lançados valores de aquisição e baixa referentes a exercícios anteriores, baseados em laudo emitido por empresa de consultoria especializada. As entradas correspondem a bens que não estavam registrados na contabilidade, enquanto que as baixas se referem a itens não localizados fisicamente, porém estavam contabilizados.

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
Imóveis (IV)	293.258	(26)	293.232
Equipamentos e Instalações (IV)	35.806	(3.966)	31.840
Equipamentos de Informática (IV)	4.746	(262)	4.484
Veículos (IV)	814	(18)	796
Móveis e Utensílios (IV)	2.859	(408)	2.451
Benfeitorias em Bens de Terceiros (IV)	2.801	(60)	2.741
Obras Elétricas (IV)	15.193	(1)	15.192
		(4.741)	

(IV) O valor de R\$ 4,741 milhões corresponde a ajustes baseados em laudo emitido por empresa de consultoria especializada. A contrapartida foi a conta “Outras Receitas” no valor de R\$ 133 mil que corresponde à entrada de bens e R\$ 4,874 milhões na conta “Custo Líquido Imobilizado Baixado”, correspondente à baixa de bens.

(V) O valor de R\$ 149 mil foi lançado a crédito da conta de “Direitos de Propriedades” e a débito de “Custo Líquido Intangível Baixado”.

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
Patrimônio Líquido			
Reserva de retenção de lucros (VI)	32.347	(2.783)	29.564

(VI) O ajuste de R\$ 2,783 milhões é resultado entre os lançamentos de Receitas e Despesas relacionadas no item 2.2.1.2.

2.2.1.2. Reapresentação de contas de Receitas e Despesas

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Serviços prestados (I)	103.732	793	104.525

(I) A contrapartida do lançamento é a conta de “Clientes”.

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Outras despesas operacionais (II)	(1.740)	(5.022)	(6.762)
Outras receitas operacionais (III)	1.368	133	1.501
	<u>(4.889)</u>		

(II) O ajuste total de R\$ 5,022 milhões refere-se à baixa de bens do Imobilizado, vide item 2.2.1.1 IV e V. Foi creditada a conta de “Custo Líquido Imobilizado Baixado” no valor de R\$4,873 milhões e “Custo Líquido Intangível Baixado” no valor de R\$ 149 mil.

(III) Refere-se à contabilização de entrada de diversos bens de “Equipamentos e Instalações”, “Móveis e Utensílios”, “Equipamentos de Informática” e “Veículos”, vide item 2.2.1.1 IV.

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras (IV)	7.550	970	8.521

(IV) A conta creditada foi “Rendimentos sobre Depósitos Judiciais” e a contrapartida é “Depósitos Judiciais”, conforme nota explicativa nº 2.2.1.1, III.

	2016 - Publicado	Ajustes	2016 - Reapresentado
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			
Contribuição Social (V)	(159)	159	-
Imposto de Renda (V)	(185)	185	-
	<u>344</u>		

(V) Com os ajustes realizados, não houve provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante - Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

3.2. Operações de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
- Os títulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requerem a análise periódica das carteiras de créditos. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente pela Alta Administração e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas;

3.3. Investimentos - Estão demonstrados pelo valor de aquisição;

3.4. Imobilizado e Intangível - O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação. O cálculo da depreciação sobre a vida útil estimada dos bens foi implementado em 2016, com base em laudo emitido por uma empresa contratada que realizou o levantamento de todos os bens da Companhia. O ativo intangível composto por marcas e direitos de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação, devendo ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa;

3.5. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (“Impairment”) – A Administração considera remota que o valor recuperável dos ativos correntes seja menor do que o valor contábil;

3.6. Obrigações e Provisões de Contingências - As obrigações com terceiros são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do Balanço. As provisões de contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base em opinião do Departamento Jurídico e da Alta Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pelo Departamento Jurídico estão divulgadas na nota explicativa nº 22, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

3.7. Reconhecimento de Receitas - A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

3.8. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações de passivos contingentes.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias e são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2017	2016
Caixa	35	37
Bancos Conta Movimento	5.571	610
Aplicações Financeiras	-	9.194
Numerários em Trânsito	6	351
	5.612	10.192

A CEAGESP realizou aplicações financeiras no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander. As modalidades de investimentos adotadas foram fundos de investimento e CDB empresarial que são de baixo risco e liquidez diária e estão devidamente registradas na rubrica “Aplicações Financeiras”. No mês de outubro as contas de aplicações financeiras foram encerradas e os saldos transferidos para a rubrica “Bancos Conta Movimento”.

5. CLIENTES	2017	2016
Contas a Receber – Armazenagem	2.561	2.704
Contas a Receber – Entrepastagem	20.155	18.019
Valores em Cobrança	633	961
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(945)	(1.143)
	22.404	20.541

Em “Contas a Receber – Entrepastagem” são registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia.

A Companhia adota como política a provisão para perdas as parcelas com vencimentos superiores a 180 dias.

Na Entrepastagem serão considerados 100% (cem por cento) do valor vencido, enquanto que na Armazenagem, o montante do valor complementar se a mercadoria estocada for insuficiente para a garantia do débito.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO		2017
DUVIDOSA		
Saldo em 31.12.2016		(1.143)
(+) Provisões constituídas no exercício		(2.548)
(-) Reversões ocorridas no exercício		2.746
Saldo final em 31.12.2017		(945)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	2017	2016
IRPJ Estimativa a Compensar	-	657
CSLL Estimativa a Compensar	-	205
	-	862

A Companhia realiza a apuração dos tributos sobre o lucro real anual.

7. ESTOQUES	2017	2016
Estoques de Vendas	7	7
Almoxarifado	853	813
	860	820

Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição.

8. OUTROS VALORES	2017	2016
Cauções para Garantias Diversas	17	17
Correntistas Devedores	52	52
Outros Créditos	446	584
Adiantamentos a Funcionários	353	421
	868	1.074

Em “Outros Créditos” estão registrados os juros sobre capital próprio a receber da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP. Em “Adiantamentos a Funcionários” são registrados adiantamentos de férias e de custeio de viagens. A rubrica “Correntistas Devedores” contém principalmente a compensação de títulos a receber de clientes, relacionados a benfeitorias consideradas úteis e necessárias às Unidades armazenadoras da CEAGESP.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
Prêmios de Seguros a Vencer	1.088	118
Gastos Gerais Antecipados	4	1.233
	1.092	1.351

Na rubrica “Prêmios de Seguros a Vencer” são registrados seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e responsabilidade civil, conforme observado na nota explicativa nº 28.

Os valores registrados em “Gastos Gerais Antecipados” referem-se a benefícios de vale-transporte.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO

	2017	2016
Causas Diversas - Cíveis	475	461
Causas Trabalhistas - CEAGESP	1.629	1.577
Causas Trabalhistas - Terceiros	3.569	3.087
Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	22.141	16.490
Depósito Judicial - Juízo Auxiliar em Execução	-	4.217
	27.815	25.832

O saldo da rubrica “Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo”, compreende os valores desembolsados referentes às ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários da CEAGESP. O Governo do Estado de São Paulo realizará o reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”). No decorrer do exercício de 2017 não ocorreu ressarcimento por parte do Governo do Estado de São Paulo.

A conta de “Depósito Judicial - Juízo Auxiliar em Execução” foi encerrada no mês de outubro. O plano prévio de liquidação de execuções trabalhistas foi criado em 2013, exclusivamente para a CEAGESP, para redução do passivo trabalhista em fase de execução.

11. CAUSAS JUDICIAIS TRABALHISTAS – LONGO PRAZO

	2017	2016
Ctas Rec. do Governo Est. S.Paulo-Processo em Andamento	6.946	10.284
Ctas Rec. do Governo Est. São Paulo-Processo Encerrado	4.938	4.938
	11.884	15.222

Registra os valores a receber do Governo do Estado de São Paulo, decorrentes dos processos trabalhistas referentes à licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade desse órgão, passíveis de recebimento.

A conta “Contas a Receber Governo do Estado de São Paulo-Processo em Andamento” contempla valores considerados prováveis de recebimento de acordo com parecer do Departamento Jurídico e a contrapartida é a conta de “Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo” demonstrada na nota explicativa nº 22.

Em “Contas a Receber Governo do Estado de São Paulo-Processo Encerrado” foram contabilizados os desembolsos realizados pela Companhia. A realização destes valores está vinculada ao ressarcimento pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº 10.

12. OUTROS VALORES - LONGO PRAZO

	2017	2016
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051
Contas a Receber Clientes e Usuários	33.526	21.773
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.526)	(21.773)
	2.051	2.051

Em “Realizáveis por Venda de Imóveis” estão registrados os valores a receber das Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, pois o bem é garantia real para a Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – LONGO PRAZO

	2017
Saldo em 31.12.2016	(21.773)
(+) Provisões constituídas no exercício	(12.175)
(-) Reversões ocorridas no exercício	422
Saldo final em 31.12.2017	(33.526)

A elevação da provisão no valor de R\$ 11,753 milhões no decorrer do exercício de 2017 se deve à alta taxa de inadimplência do período. A constituição das provisões foi comentada em nota explicativa nº 5.

O aumento de R\$ 11,753 milhões deduzindo a baixa de R\$ 198 mil do ativo circulante, nota explicativa nº 5, impactaram negativamente no resultado líquido do exercício em R\$ 11,555 milhões, conforme comentado em nota explicativa nº 24.

13. INVESTIMENTOS

	2017	2016
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Decorrente Incentivos Fiscais	9	9
	251	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

14. IMOBILIZADO

		2017	2016
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	72.193	-	72.193
Edificações	293.150	(190.262)	102.888
Equipamentos e Instalações	32.466	(28.797)	3.669
Equipamentos de Informática	4.479	(3.869)	610
Veículos	799	(795)	4
Móveis e Utensílios	2.528	(2.042)	486
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	1.482
Benfeitorias Bens de 3º	2.741	(2.258)	483
Obras Elétricas	15.193	(9.303)	5.890
Obras Hidráulicas	4.323	(3.818)	505
Obras em Andamento	21.782	-	21.782
	451.136	(241.144)	209.992
			210.317

A Companhia possui Unidades em alguns municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

- 33 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepóstagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepóstagem no Interior (Ceasas).
- 05 Terrenos.

Parte das Unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

Em 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em Unidades operacionais.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil estimada dos bens, tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO

	2017
Saldo em 31.12.2016	210.317
(+) Aquisições ocorridas no exercício	1.208
(-) Depreciações no exercício	(6.685)
(+) Baixas de depreciações no exercício	5.152
Saldo final em 31.12.2017	209.992

15. INTANGÍVEL

		2017	2016		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direitos de Propriedades		4.644	(3.843)	801	929
Marcas e Patentes		37	(37)	-	-
		4.681	(3.880)	801	929

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	2017
Saldo em 31.12.2016	929
(-) Amortizações no exercício	(285)
(+) Baixa de amortização de direito e propriedade.	157
Saldo final em 31.12.2017	801

16. FORNECEDORES

	2017	2016
Serviços Médicos	-	849
Mão-de-Obra	-	19
Materiais e Serviços	-	2.988
Serviços de Limpeza	-	2.224
Serviços de Vigilância	-	980
Seguradoras	-	30
Pessoa Física	-	27
Fornecedores	9.848	-
	9.848	7.117

Em 1º de janeiro de 2017 houve mudança no plano de contas da Companhia e as contas de fornecedores foram unificadas.

17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	2017	2016
Férias e Encargos	5.164	4.314
Contribuição Social	11.969	8.748
	17.133	13.062

Com base na folha de pagamento da Companhia constituíram-se as obrigações trabalhistas referentes a direitos trabalhistas relevantes.

18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2017	2016
INSS - Empresa - Empregados	338	1.425
INSS - Autônomos e Sindicatos	11	27
FGTS - Empresa	460	464
FGTS - Autônomos e Sindicatos	10	4
PASEP a Recolher	106	101
Contribuições Sindicais e Assistenciais	1	-
COFINS a Recolher	488	472
INSS - Lei nº 9.711/98 e OS nº 203/99	-	517
	1.414	3.010

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	2017		2016	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de Renda na Fonte – Empregados	916	-	887	-
Imposto de Renda na Fonte – Terceiros	-	-	3	-
ISS de Terceiros	44	-	157	-
ISS – Companhia	49	-	66	-
Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03	1.650	-	1.254	-
Impostos e Taxas Municipais	65	-	-	-
PPI – Programa Parcelamento Incentivado/PMSP	5.729	11.297	5.192	15.360
REFIS – Prog. Recup. Fiscal/PASEP-COFINS	1.314	6.975	1.146	7.738
Provisão para Imposto de Renda	49	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	66	-	-	-
	9.882	18.272	8.705	23.098

O valor registrado na rubrica “PPI - Programa Parcelamento Incentivado/PMSP” refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura de São Paulo, anteriores ao exercício de 2009 e atualizados até a data do encerramento do Balanço. O débito total é da ordem de R\$ 17,026 milhões, encontram-se contabilizados R\$ 5,729 milhões no Circulante e R\$ 11,297 milhões em Não Circulante. O valor registrado na rubrica “REFIS – Programa Recuperação Fiscal/PASEP-COFINS” refere-se a débitos de PASEP e COFINS devidos à Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN anteriores ao exercício de 2008. O débito total é da ordem de R\$ 8,289 milhões dos quais R\$ 1,314 milhão encontram-se no Circulante e R\$ 6,975 milhões em Não Circulante.

20. ENCARGOS A PAGAR

	2017	2016
Ordenados a Pagar	117	-
Processos Judiciais e Trabalhistas	236	-
	353	-

O saldo de “Processos Judiciais e Trabalhistas” corresponde a parcelamentos e acordos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas em que a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária.

21. CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Contas a Pagar Diversos	2.496	2.570
Cauções e Retenções	175	-
Dividendos a Pagar	2.670	2.419
Correntistas Credores	6.538	4.795
	11.879	9.784

O valor registrado na rubrica “Correntistas Credores” consiste em valores recebidos de clientes que moveram ação judicial contra a Companhia e estão efetuando depósitos judicialmente.

Os dividendos obrigatórios são atualizados pela taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até a data do seu respectivo pagamento, nos termos do Decreto nº 2.673/98, art. 1º, § 4º.

Em “Contas a Pagar Diversos” estão registradas glosas de processos trabalhistas, convênio com órgão público e garantias contratuais.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2017	2016
Provisão para Riscos Cíveis	9.133	7.881
Provisão para Contingências Trabalhistas - CEAGESP	7.760	4.368
Provisão para Contingências Trabalhistas - Terceiros	3.203	1.331
Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	6.945	10.284
Provisão para Riscos Fiscais	255	255
	27.296	24.119

As provisões são constituídas com base em parecer do Departamento Jurídico face as perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2017
Saldo em 31.12.2016	24.119
(+) Provisão no exercício	3.177
Saldo final em 31.12.2017	27.296

A Companhia, frente a estas provisões contingenciais, possui registrado no grupo de “Causas Judiciais Trabalhistas” (nota explicativa nº 11), o valor de R\$ 6,945 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de resarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R\$ 34,411 milhões classificado como risco possível de perdas em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários conforme parecer do Departamento Jurídico.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		2017	2016
	Número de ações ordinárias	%	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.576
Pessoas Jurídicas	109.383	0,32	465
Pessoas Físicas	50	-	-
	34.403.576	100,00	137.041
			137.041

Capital Social

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.576 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2017.

Composição acionária

A composição acionária apresentada refere-se a 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

23.1. Absorção do prejuízo do exercício – De acordo com o artigo 189 da Lei Federal nº 6.404/76, o prejuízo do exercício deverá ser obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O prejuízo do exercício de 2017 foi apurado no valor de R\$ 17,480 milhões que somado à realização da reserva de reavaliação de R\$ 570 mil e aos ajustes de exercício anterior de R\$ 4,361 milhões, resultou em diminuição do saldo da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 12,549 milhões.

Resultado líquido do período	(17.480)
(+) Realização da reserva de reavaliação	570
Ajustes de exercícios anteriores	4.361
Absorção da reserva de retenção de lucros	(12.549)

23.2. Reserva de Retenção de Lucros – O saldo de R\$ 29,564 milhões foi absorvido por prejuízo de R\$ 12,549 milhões conforme nota anterior;

23.3. Reserva de Reavaliação - O valor líquido da reserva de reavaliação no exercício é de R\$17,954 milhões e foram realizados R\$ 570 mil no período, transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31.12.2017. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada em 1986 de todos os itens das contas de terrenos, edificações e equipamentos e instalações, localizados em Unidades operacionais ativas. A Companhia decidiu reavaliar os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27 de 05.02.1986.

24. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

A variação do resultado entre o exercício de 2017 e 2016 foi de R\$ 2,209 milhões, aumentando o prejuízo de R\$ 15,271 milhões em 2016 para R\$ 17,480 milhões em 2017. O principal fator que influenciou no resultado negativo foi a despesa com Provisões que totalizou até dezembro R\$ 18,069 milhões; a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi contabilizada no valor de R\$ 11,555 milhões, enquanto que a Provisão para Contingências trabalhistas foi de R\$ 5,263 milhões e de Contingências Cíveis R\$ 1,250 milhão.

Apesar de ter havido aumento nas Receitas Operacionais Brutas em R\$ 5,741 milhões e redução nos Custos dos serviços prestados e produtos vendidos em R\$ 4,379 milhões, não foram suficientes para melhorar o resultado líquido do período. Pode-se verificar que as Despesas Gerais e Administrativas aumentaram R\$ 8,655 milhões que correspondem basicamente ao aumento das provisões para indenizações trabalhistas, riscos cíveis e para Créditos de Liquidação Duvidosa, no total de R\$ 8,990 milhões. Outras despesas operacionais reduziram R\$ 6,762 milhões: neste grupo foram contabilizadas as baixas do imobilizado. O resultado financeiro diminuiu R\$ 3,813 milhões que corresponde às receitas de aplicações financeiras e os rendimentos sobre depósitos judiciais. Não houve provisão de imposto de renda e contribuição social em 2016, enquanto que em 2017 foi de R\$ 751 mil.

24.1. Receita Operacional Líquida

	2017	2016
Serviços Prestados	110.278	104.525
Venda de Produtos	20	32
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	110.298	104.557

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas

	(18.040)	(10.235)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	92.258	94.322

Serviços Prestados na Armazenagem
Permissão Remunerada de Uso
Autorização de Uso
Concessão de Uso
Taxa Administrativa
Reaparelhamento – Obras
Receitas Diversas
Venda de Produtos

	2017	2016
Serviços Prestados na Armazenagem	27.047	29.311
Permissão Remunerada de Uso	60.059	53.182
Autorização de Uso	6.635	6.822
Concessão de Uso	6.688	2.054
Taxa Administrativa	1	3.207
Reaparelhamento – Obras	1.306	1.310
Receitas Diversas	8.542	8.640
Venda de Produtos	20	31
110.298	104.557	

Os impostos incidentes sobre serviços prestados e vendas aumentou R\$ 7,805 milhões em relação a 2016, em decorrência de mudança de critério de contabilização. A partir de 1º de janeiro de 2017 a contabilização passou a considerar como base de cálculo os custos com recuperações tributáveis como energia elétrica, contratos de limpeza e segurança, enquanto que anteriormente eram consideradas somente as receitas com prestação de serviços.

24.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	2017	2016
Pessoal e Honorários	(21.313)	(24.699)
Serviços de Terceiros	(12.423)	(14.787)
Materiais de Consumo	(2.378)	431
Ocupacionais	(5.700)	(9.647)
Manutenção e Reparos	573	(4.274)
Depreciações e Amortizações	(6.273)	(5.373)
Utilidades e Serviços	(2.737)	(1.590)
Impostos	(2.694)	(1.823)
Gastos com Indenização	-	(313)
Gastos Diversos	(1.246)	(442)
	(48.491)	(52.870)

O grupo “Pessoal e Honorários” foi o que impactou significativamente na redução dos custos. A justificativa da diminuição foi a mudança de critério de contabilização do rateio das despesas nos boletos dos permissionários, ocorrida durante o exercício de 2016. A contabilização na receita “Taxa Administrativa” foi alterada para a recuperação de despesas, retornando o critério de rateio da despesa de Folha de Pagamento, aplicado em exercícios anteriores.

Com a mudança do plano de contas da Companhia, o grupo “Ocupacionais” foi dividido em “Manutenção e Reparos” e “Depreciações e Amortizações”.

Em 2017 as contas de “Locação de Condomínios-Imóveis” e “Locação de Móveis e Equipamentos” foram reclassificadas do grupo “Ocupacionais” para o grupo “Serviços de Terceiros” e assim foram apresentadas no exercício de 2016 para melhor comparação. O valor do grupo “Serviços de Terceiros” publicado em R\$ 13,651 milhões foi demonstrado no valor de R\$14,787 milhões, enquanto que “Ocupacionais” que foi publicado no valor de R\$10,783 milhões foi apresentado em R\$ 9,647 milhões. A diferença de R\$ 1,136 milhão é o total das contas de locação.

24.3. Despesas Gerais e Administrativas

	2017	2016
Pessoal e Encargos	(33.501)	(32.362)
Serviços de Terceiros	(6.252)	(5.544)
Materiais de Consumo	(1.080)	(1.256)
Ocupacionais	(623)	(1.062)
Manutenção e Reparos	(162)	(98)
Depreciações e Amortizações	(461)	(964)
Utilidades e Serviços	(779)	(685)
Despesas Diversas	(1.796)	(2.021)
Legais e Judiciais	(1.108)	(2.545)
Provisões	(18.069)	(9.078)
	(63.208)	(54.553)

No dia 1º de janeiro de 2017 ocorreu mudança no plano de contas e o grupo “Ocupacionais” foi dividido em “Manutenção e Reparos” e “Depreciações e Amortizações”.

Na rubrica “Provisões” no total de R\$ 18,069 milhões estão consideradas a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 11,555 milhões (notas explicativas nº 5 e 12), a Provisão para Contingências Trabalhistas de R\$ 5,263 milhões e de Contingências Cíveis de R\$ 1,251 milhão.

24.4. Custos e Despesas Financeiras

	2017	2016
Efeitos Inflacionários	(2.668)	(3.885)
Juros sobre Outros Encargos	(124)	(147)
Impostos s/ Operações Financeiras	(30)	(76)
Comissões e Despesas Bancárias	(72)	(92)
Outras Despesas	(18)	(91)
	(2.912)	(4.291)

Na rubrica “Efeitos Inflacionários” são registradas as atualizações de PPI, REFIS, adiantamento para futuro aumento de capital e dividendos.

24.5. Receitas Financeiras

	2017	2016
Juros Recebidos	1.938	3.848
Receita s/ Aplicações Financeiras	376	2.351
Multas	482	690
Rendimentos s/ Depósitos Judiciais	256	1.164
Descontos Obtidos	276	468
	3.328	8.521

Houve redução de R\$ 1.975 milhão na rubrica “Receita s/ Aplicações Financeiras” onde são contabilizados os juros de aplicações em instituições financeiras encerrada em 2017 conforme nota explicativa nº 4.

O valor de “Rendimentos s/ Depósitos Judiciais” diminuiu R\$ 908 mil em relação ao exercício anterior e corresponde aos juros da conta do Juízo Auxiliar em Execução – JAE, encerrada em 2017, conforme nota explicativa nº 10.

25. EBITDA

	2017	2016
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(16.729)	(15.271)
(-) Receita Financeira	(3.328)	(8.521)
(+) Despesa Financeira	2.912	4.291
(+) Depreciações e Amortizações	6.734	6.085
	(10.411)	(13.417)

O resultado operacional da Companhia foi melhor em relação ao exercício de 2016, no valor de R\$ 3,006 milhões.

26. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Apresentação das remunerações mensais em 31 de dezembro de 2017, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários. Nelas foram computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

2017

2016

Administradores

▪ Maior Remuneração	32	32
▪ Menor Remuneração	3	3
▪ Média das Remunerações	13	10

Empregados

▪ Maior Remuneração	25	27
▪ Menor Remuneração	1	1
▪ Média das Remunerações	5	4

27. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos investimentos da União.

28. SEGURO

Em 11 de novembro de 2017, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e responsabilidade civil com vigência até 11 de maio de 2018.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo compulsório, facultativo e contributário com vigência até setembro de 2018.

29. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2017		Reapresentado 2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(17.439)	(17.439)	(15.326)	(15.326)
(+) Adições	436.430	435.085	284.662	283.340
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570
Gastos Indedutíveis	-	-	4.028	4.028
Multas Indedutíveis	11	11	3	3
Licença Maternidade – Prorrogação	36	36	72	72
Contribuição Associação Classe - Indedutível	230	230	250	250
Brindes	5	5	11	11
Provisões	432.608	432.608	274.287	274.287
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	1.345	-	1.322	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.625	1.625	4.119	4.119
(-) Exclusões	(414.540)	(414.540)	(269.946)	(269.946)
(-) Reversão de Provisões	(414.538)	(414.538)	(265.487)	(265.487)
(-) Recup. De Gastos Indedutíveis	(2)	(2)	(4.341)	(4.341)
(-) Ajustes De Exercícios Anteriores	-	-	(118)	(118)
Base de Cálculo	4.451	3.106	(610)	(1.932)
Compensação da Base Negativa	(1.335)	(932)	-	-
Base de Cálculo do Período	3.116	2.174	(610)	(1.932)
Imposto	280	278	-	-
Adicional Federal	0	193		
Total	280	471	-	-
Alíquota Efetiva	(1,61%)	(2,70%)	0,00%	0,00%

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R\$ 409,922 milhões e base negativa de contribuição social de R\$ 338,929 milhões. Esses não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas nestas demonstrações contábeis):

- a) Caixa e equivalentes de caixa
- b) Contas a receber
- c) Causas judiciais trabalhistas
- d) Fornecedores
- e) Obrigações fiscais a recolher

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes e causas judiciais trabalhistas. Este último refere-se: a) passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); b) ações de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e c) ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

A CEAGESP constituiu o Comitê de Gestão de Riscos no exercício de 2017 e os resultados concretos serão mensurados a partir do exercício de 2018.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

DIRETORES E CONTADORA

Johnni Hunter Nogueira

Diretor Presidente

Luiz Concilius Gonçalves Ramos

Diretor Técnico e Operacional

Carlos de Orleans Guimarães Sobrinho

Diretor Administrativo e Financeiro

Eliane Mayumi Tane

Contadora CRC1SP 252476/O-7

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP, de conformidade com o inciso V, do artigo 142, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo, o Relatório dos Auditores Independentes – TATICCA Auditores Independentes S.S, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, esclarecimentos prestados pelos auditores e representantes da Companhia, os Conselheiros manifestam-se favoravelmente à aprovação do Relatório e das Demonstrações Contábeis e Destinação dos Resultados referente ao exercício de 2017, sendo de opinião que as mencionadas demonstrações, expressam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEAGESP em 31 de dezembro de 2017, observados os apontamentos do Relatório dos Auditores Independentes, estando portanto em condições de serem submetidas para deliberação na Assembleia Geral de Acionistas. Por oportuno o Conselho de Administração ressalta que ao longo do exercício de 2017, a Companhia sofreu alterações na direção administrativa, o que dificultou o andamento de suas ações de planejamento estratégico. São Paulo, 19 de março de 2018.

Francisco de Assis da Silva Lopes
Presidente do Conselho

Johnni Hunter Nogueira
Conselheiro

Marcus Flávio Oliveira
Conselheiro

Sergio Feijão Filho
Conselheiro

Giovanni de Sousa Papini
Conselheiro

Roger da Silva Pêgas
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEAGESP - Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 20 de março de 2017, examinou o Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis da CEAGESP - Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo, o Relatório Auditores Independentes – Taticca Auditores Independentes S.S e Parecer da Auditoria Interna da Empresa, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pelos auditores e representantes da Companhia, o Conselho Fiscal opina que as demonstrações refletem adequadamente a situação econômico-financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual manifesta-se favoravelmente ao encaminhamento da documentação à Assembleia Geral Ordinária, observados os apontamentos do Relatório dos Auditores Independentes. Destaca ainda, que o prejuízo obtido do exercício foi absorvido pela Reserva de Retenção de Lucro. São Paulo, 20 de março de 2018.

Marcelo Kalume Reis
Presidente

Jair de Oliveira Marques
Conselheiro

Meliane Romanini
Conselheira

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da
Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, ("Companhia" ou "CEAGESP"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CEAGESP de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da CEAGESP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da CEAGESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CEAGESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CEAGESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CEAGESP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CEAGESP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 08 de março de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP